

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.321
Preferenciais	0
Total	4.321
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	31/03/2017	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2017	Ordinária		0,70024

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.195.336	1.170.957
1.01	Ativo Circulante	426.364	409.814
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	82.142	76.312
1.01.03	Contas a Receber	20.665	20.783
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.665	20.783
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.290	17.557
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.479	1.457
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.379	0
1.01.07.02	Adiantamentos a fornecedores	100	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	302.788	293.705
1.01.08.03	Outros	302.788	293.705
1.01.08.03.01	Empréstimos a Partes Relacionadas	301.722	292.631
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.066	1.074
1.02	Ativo Não Circulante	768.972	761.143
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	291.342	286.221
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.291	17.572
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.291	17.572
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	221	477
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	275.168	267.626
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	275.168	267.626
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	662	546
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	662	546
1.02.03	Imobilizado	2.301	2.344
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.301	2.344
1.02.04	Intangível	475.329	472.578
1.02.04.01	Intangíveis	475.329	472.578
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	475.329	472.578

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.195.336	1.170.957
2.01	Passivo Circulante	376.983	380.290
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.447	3.268
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.447	3.268
2.01.02	Fornecedores	23.014	20.739
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.014	20.739
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	15.139	13.413
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	7.875	7.326
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.304	16.250
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.094	14.108
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.558	11.629
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	320	1.721
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	2.216	758
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.210	2.142
2.01.03.03.01	ISS	2.210	2.142
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	264.546	269.816
2.01.04.02	Debêntures	264.546	269.816
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	264.546	269.816
2.01.05	Outras Obrigações	19.625	16.293
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.819	3.662
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	2.511	2.261
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.308	1.401
2.01.05.02	Outros	15.806	12.631
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	9.123	8.990
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	2.080	1.629
2.01.05.02.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	4.603	2.012
2.01.06	Provisões	50.047	53.924
2.01.06.02	Outras Provisões	50.047	53.924
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	50.047	53.924
2.02	Passivo Não Circulante	621.032	623.623
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	574.654	571.478
2.02.01.02	Debêntures	574.654	571.478
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	574.654	571.478
2.02.02	Outras Obrigações	14.550	16.314
2.02.02.02	Outros	14.550	16.314
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	14.550	16.314
2.02.04	Provisões	31.828	35.831
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.391	3.359
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.071	1.983
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.320	1.376
2.02.04.02	Outras Provisões	28.437	32.472
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	28.437	32.472
2.03	Patrimônio Líquido	197.321	167.044
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152
2.03.04	Reservas de Lucros	58.892	58.892
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	37.261	37.261
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	30.277	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	103.377	98.485
3.01.01	Receita de Serviços	103.377	98.485
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-41.024	-46.106
3.02.01	Custos dos Serviços	-41.024	-46.106
3.03	Resultado Bruto	62.353	52.379
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.336	-4.876
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.371	-4.694
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-5.757	-4.157
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-611	-526
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-3	-11
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	35	-182
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	35	-182
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	56.017	47.503
3.06	Resultado Financeiro	-6.826	-11.536
3.06.01	Receitas Financeiras	22.120	32.042
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.946	-43.578
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	49.191	35.967
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.866	-11.467
3.08.01	Corrente	-13.585	-13.778
3.08.02	Diferido	-2.281	2.311
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	33.325	24.500
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	33.325	24.500
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	7,65740	5,62960
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	7,65740	5,62960

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	33.325	24.500
4.03	Resultado Abrangente do Período	33.325	24.500

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	59.282	55.301
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	59.023	56.614
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	33.325	24.500
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.281	-2.311
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	9.155	7.364
6.01.01.04	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	55	195
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	447	1.133
6.01.01.06	Receita c/Juros s/Empréstimos Partes Relacionadas	-19.576	-25.662
6.01.01.09	Juros sobre Debêntures	25.609	38.680
6.01.01.10	Resultado Financeiro s/Ajuste a Valor Presente	1.254	1.590
6.01.01.11	Provisão s/Riscos Cíveis e Trabalhistas	192	-625
6.01.01.12	Provisão para Manutenção em Rodovias	6.281	11.750
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	259	-1.313
6.01.02.02	Contas à Receber	125	-155
6.01.02.03	Outros Créditos	8	-110
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	-128	-2.227
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	334	333
6.01.02.06	Fornecedores	16	-369
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	16	134
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	161	182
6.01.02.09	Obrigações Sociais	179	209
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	10.708	7.592
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-11.656	-9.751
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	745	-13
6.01.02.13	Credores Pela Concessão	27	4
6.01.02.14	Contas a receber - partes relacionadas	0	-74
6.01.02.15	Depósitos Judiciais	-116	-11
6.01.02.18	Cauções Contratuais	0	2.943
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-160	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.294	-21.326
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-106	-234
6.02.02	Aquisição de Intangível	-23.188	-21.092
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-30.158	-45.651
6.03.04	Pagamento de Juros de Debêntures	-28.053	-43.756
6.03.07	Pagamento de Credores pela Concessão	-2.105	-1.895
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.830	-11.676
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.312	177.247
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	82.142	165.571

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	58.892	0	0	167.044
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	58.892	0	0	167.044
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.048	0	-3.048
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.048	0	-3.048
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.325	0	33.325
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.325	0	33.325
5.07	Saldos Finais	108.152	0	58.892	30.277	0	197.321

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	21.631	0	31.241	161.024
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	21.631	0	31.241	161.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.976	0	-1.976
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.976	0	-1.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.500	0	24.500
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.500	0	24.500
5.07	Saldos Finais	108.152	0	21.631	22.524	31.241	183.548

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	112.178	106.439
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	98.458	91.704
7.01.02	Outras Receitas	13.720	14.735
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	11.772	13.428
7.01.02.02	Receitas Acessórias	1.948	1.307
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.141	-34.646
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.778	-5.813
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.804	-1.600
7.02.04	Outros	-21.559	-27.233
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-11.772	-13.428
7.02.04.02	Custos da Concessão	-2.375	-2.220
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-6.281	-11.750
7.02.04.04	Outros	-1.131	165
7.03	Valor Adicionado Bruto	82.037	71.793
7.04	Retenções	-9.155	-7.364
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.155	-7.364
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	72.882	64.429
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.176	32.261
7.06.02	Receitas Financeiras	22.120	32.042
7.06.03	Outros	56	219
7.06.03.01	Juros Capitalizados	56	219
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	95.058	96.690
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	95.058	96.690
7.08.01	Pessoal	7.658	6.661
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.985	4.996
7.08.01.02	Benefícios	1.240	1.229
7.08.01.03	F.G.T.S.	433	436
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.710	19.618
7.08.02.01	Federais	20.679	14.966
7.08.02.02	Estaduais	1	2
7.08.02.03	Municipais	5.030	4.650
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.365	45.911
7.08.03.01	Juros	25.609	38.680
7.08.03.02	Aluguéis	415	174
7.08.03.03	Outras	2.341	7.057
7.08.03.03.01	Outras	2.285	6.838
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	56	219
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	33.325	24.500
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.048	1.976
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	30.277	22.524



Araras, 12 de abril de 2017 – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado ao primeiro trimestre de 2017, período encerrado em 31 de março de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 1T17 foi de 14,6 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma queda de 2,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Tal situação reflete o baixo desempenho da economia, com queda nas exportações e importações, queda no abastecimento interno, inflação e desemprego;
- Em relação ao 4T16, a Companhia apresentou retração de 4,1%, refletindo a instabilidade dos indicadores econômicos;

Receita Operacional Bruta:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 1T17 de R\$ 112,1 milhões, apresentando um aumento de R\$ 5,5 milhões ou 5,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo o principal motivo o crescimento de 7,4%, ou R\$6,8 milhões na receita de pedágio reflexo do reajuste das tarifas de pedágio realizado em julho/16 em 9,2%, compensados pela queda de tráfego conforme mencionado acima;
- Quando comparada ao 4T16, a Companhia apresentou retração de R\$ 10,8 milhões ou 8,7%, justificados pela queda do tráfego conforme citado acima e diminuição de receitas de obras em razão do término das obras da 2ª fase do contorno de Mogi Mirim e Duplicação da SP 147 km 64+800 ao km 85+700.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais:

- Os custos e despesas totais no 1T17 (excluído depreciação e amortização) diminuíram R\$ 5,4 milhões ou 12,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior impulsionados pela variação na provisão de manutenção (readequação de cálculo e estimativa, conforme CPC 25);
- Em relação ao 4T16, os custos e despesas diminuíram de R\$ 3,8 milhões, impulsionados pelos custos de serviços de construção (conforme justificado acima) e, compensados pela variação à maior em despesas com provisão de manutenção (readequação dos valores não realizados em 2016 para 2017 – com destaque para a obra obra da 3ª Intervenção da SP 147)

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA no trimestre aumentou 18,8%, principalmente em razão da redução na rubrica provisão de manutenção justificado acima e ao aumento na receita de pedágio. O EBITDA ajustado aumentou 7,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, justificados principalmente pelo aumento na receita de pedágio.
- Em relação ao 4T16, o EBITDA variou em -9,1% principalmente em função dos valores realizados a maior em provisão de manutenção. O EBITDA ajustado se apresentou estável, com variações de -0,3%.

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 6,8 milhões, representando um aumento de 86% em relação ultimo trimestre. Esse aumento está relacionado aos valores realizados a menor em receitas financeiras devido ao repagamento de contrato de mútuo.

Lucro Líquido:

- A Companhia obteve lucro de R\$ 33,3 milhões no 1T17, apresentando um aumento de 36,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e queda de 15,9% em relação ao 4T16, em razão das variações previamente apresentadas.

Comentário do Desempenho

Endividamento:

- A Intervias encerrou o 1T17 com um endividamento bruto de R\$ 839,2 milhões contra R\$ 841,3 milhões no trimestre anterior, devido à amortização de juros da 3ª Emissão de debêntures realizada no período.
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$ 765,0 milhões no 4T16 para R\$ 757,1 milhões no 1T17, apresentando uma redução de R\$ 7,9 milhões decorrentes do aumento do caixa e equivalentes de caixa e pelo pagamento de debênture.

Investimentos:

- Foram investidos R\$6,6 milhões no 1T17 em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$16,7 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação de pavimento de toda malha concessionada, revitalização da sinalização vertical (placas) e horizontal (pintura de solo), implantação e adequação de elementos de segurança e recuperação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e passarelas), dentre outras.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
Concessionárias do Interior Paulista - Intervias S/A	14.641.527	15.270.593	15.015.093	-4,1%	-2,5%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	112.143	122.855	106.621	-8,7%	5,2%
Receitas de pedágio	98.458	102.636	91.704	-4,1%	7,4%
Receitas de obras	11.772	18.433	13.428	-36,1%	-12,3%
Receitas acessórias	1.913	1.786	1.489	7,1%	28,5%
				-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.766)	(9.123)	(8.136)	-3,9%	7,7%
				-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	103.377	113.732	98.485	-9,1%	5,0%
				-	-
CUSTOS E DESPESAS	(38.205)	(42.009)	(43.618)	-9,1%	-12,4%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.910)	(14.903)	(13.635)	-6,7%	2,0%
Custo dos serv. de construção	(11.772)	(18.433)	(13.428)	-36,1%	-12,3%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.663)	(8.538)	(4.086)	-33,7%	38,6%
Remuneração da administração	(611)	(533)	(526)	14,6%	16,2%
Despesas tributárias	(3)	(57)	(11)	-94,7%	-72,7%
Provisão para manutenção em rodovias	(6.281)	29	(11.750)	-21758,6%	-46,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	35	426	(182)	-91,8%	-119,2%
				-	-
EBITDA	65.172	71.723	54.867	-9,1%	18,8%
Margem EBITDA	63,0%	63,1%	55,7%	0,0%	13,2%
				-	-
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(9.155)	(9.384)	(7.364)	-2,4%	24,3%
Depreciação de imobilizado	(94)	(131)	(71)	-28,2%	32,4%
Amortização do intangível	(9.061)	(9.253)	(7.293)	-2,1%	24,2%
				-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(6.826)	(3.670)	(11.536)	86,0%	-40,8%
Receitas financeiras	22.120	24.584	32.042	-10,0%	-31,0%
Despesas financeiras	(28.946)	(28.254)	(43.578)	2,4%	-33,6%
				-	-
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	49.191	58.669	35.967	-16,2%	36,8%
				-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(15.866)	(19.041)	(11.467)	-16,7%	38,4%
Corrente	(13.585)	(14.703)	(13.778)	-7,6%	-1,4%
Diferido	(2.281)	(4.338)	2.311	-47,4%	-198,7%
				-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	33.325	39.628	24.500	-15,9%	36,0%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T17	4T16	1T16	Var% 1T17/4T16	Var% 1T17/1T16
EBITDA ¹	65.172	71.723	54.867	-9,1%	18,8%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	6.281	(29)	11.750	-21758,6%	-46,5%
EBITDA Ajustado ²	71.453	71.694	66.617	-0,3%	7,6%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre Findo
em 31 de Março de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Em 11 de novembro de 2015, a Arteris S.A., controladora da Sociedade, transferiu ações representativas a 49% do capital social da Sociedade para sua subsidiária Arteris Participações S.A. Não houve alteração no controle da Sociedade em decorrência desse evento.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A. A Sociedade conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica e a capacidade de gerar caixa para prover recursos suficientes, de modo que a mesma possa lidar com suas obrigações com terceiros e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários de acordo com os contratos de concessão assinados e distribuir dividendos para sua controladora.

No período de três meses findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2017.

Notas Explicativas

INTERVIAS

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

A Sociedade estima em 31 de março de 2017, o montante de R\$321.094 (R\$ 325.051 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$104.675 (R\$ 118.894 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$20.026.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	1.863	2.100
Aplicações financeiras (*)	<u>80.279</u>	<u>74.212</u>
Total	<u>82.142</u>	<u>76.312</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 101,03% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	19.931	19.113
Cupons de pedágio a receber	734	659
Cartões de pedágio a receber	<u>-</u>	<u>1.011</u>
Total	<u>20.665</u>	<u>20.783</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2017 e de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes ao período findo em 31 de março de 2017 e de 2016 é como segue:

Notas Explicativas

INTERVIAS

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.191	35.967
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(16.725)	(12.229)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	1.036	672
Outras diferenças permanentes	(177)	90
Total	<u>(15.866)</u>	<u>(11.467)</u>
Impostos diferidos não constituídos	-	-
Despesa contabilizada	(15.866)	(11.467)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(13.585)	(13.778)
Diferido	(2.281)	2.311
	<u>(15.866)</u>	<u>(11.467)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Provisão de participação nos lucros	1.177	1.062
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	3.391	3.359
Provisão para manutenção de rodovias	78.484	86.396
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(23.314)	(23.314)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.004	3.558
Base de cálculo ativa	63.742	71.061
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>21.672</u>	<u>24.161</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Direito de concessão incorporado (b)	(14.195)	(14.523)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(4.573)	(4.855)
Base de cálculo passiva	(18.768)	(19.378)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(6.381)</u>	<u>(6.589)</u>
Base de cálculo	<u>44.974</u>	<u>51.683</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>15.291</u>	<u>17.572</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

setembro de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do seu LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	1.500
2018	2.000
2019	2.000
2020	2.000
Após 2021	14.172
	<u>21.672</u>

8. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Total
<u>Custo do imobilizado</u>		
Saldo em 31.12.2016	5.783	5.783
Adições	106	106
Alienações/baixas	(118)	(118)
Saldo em 31.03.2017	<u>5.771</u>	<u>5.771</u>
<u>Depreciação acumulada</u>		
Saldo em 31.12.2016	(3.439)	(3.439)
Depreciações	(94)	(94)
Alienações/baixas	63	63
Saldo em 31.03.2017	<u>(3.470)</u>	<u>(3.470)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>		
Saldo em 31.12.2016	2.344	2.344
Saldo em 31.03.2017	2.301	2.301
Taxas de depreciação - a.a.	10%	

Notas Explicativas

INTERVIAS

	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>			
Saldo em 31.12.2015	4.199	-	4.199
Adições	234	-	234
Saldo em 31.03.2016	<u>4.433</u>	<u>-</u>	<u>4.433</u>
<u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2015	(3.066)	6	(3.060)
Depreciações	(71)	-	(71)
Transferências / Reclassificações	6	(6)	-
Saldo em 31.03.2016	<u>(3.131)</u>	<u>-</u>	<u>(3.131)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31.12.2015	1.133	6	1.139
Saldo em 31.03.2016	1.302	-	1.302
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

9. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2016	764.089	28.434	60.152	3.026	73.817	929.518
Adições	7.136	-	-	12	4.664	11.812
Saldo em 31.03.2017	<u>771.225</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>3.038</u>	<u>78.481</u>	<u>941.330</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2016	(402.173)	(16.751)	(36.991)	(1.025)	-	(456.940)
Amortizações	(8.283)	(207)	(526)	(45)	-	(9.061)
Saldo em 31.03.2017	<u>(410.456)</u>	<u>(16.958)</u>	<u>(37.517)</u>	<u>(1.070)</u>	<u>-</u>	<u>(466.001)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2016	361.916	11.683	23.161	2.001	73.817	472.578
Saldo em 31.03.2017	<u>360.769</u>	<u>11.476</u>	<u>22.635</u>	<u>1.968</u>	<u>78.481</u>	<u>475.329</u>
Taxas de amortização - a.a.	5%	3%	5%	5%		

Notas Explicativas

	INTERVIAS					
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2015	697.042	28.434	60.152	2.871	62.795	851.294
Adições	3.010	-	-	-	10.418	13.428
Transferências / Reclasseificações	(15.119)	-	-	-	15.119	-
Alienações/baixas	(488)	-	-	-	-	(488)
Saldo em 31.03.2016	<u>684.445</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>2.871</u>	<u>88.332</u>	<u>864.234</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(373.817)	(16.278)	(34.885)	(857)	-	(425.837)
Amortizações	(6.671)	(54)	(526)	(42)	-	(7.293)
Alienações/baixas	293	-	-	-	-	293
Saldo em 31.03.2016	<u>(380.195)</u>	<u>(16.332)</u>	<u>(35.411)</u>	<u>(899)</u>	<u>-</u>	<u>(432.837)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	323.225	12.156	25.267	2.014	62.795	425.457
Saldo em 31.03.2016	304.250	12.102	24.741	1.972	88.332	431.397
Taxas de amortização - a. a.	3,91%	3,91%	3,91%	3,91%	3,91%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016.

No período de três meses findo em 31 de março de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$56 (R\$219 em 31 de março de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2017 foi de 0,22% a.a. e 0,51% a.a. em 2016.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

10. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	31.03.2017		31.12.2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	265.589	575.630	270.943	572.664
Custo de transação	(1.043)	(976)	(1.127)	(1.186)
Total	264.546	574.654	269.816	571.478

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2017	31.12.2016
3ª emissão	60.000	CDI + 1,09% a.a.	set/18	402.800	417.318
4ª emissão - 1ª Série	15.000	CDI + 1,10% a.a.	out/19	159.522	154.401
4ª emissão - 2ª Série	22.500	IPCA + 5,96% a.a.	out/19	278.897	271.888
				841.219	843.607

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
3ª emissão	23.09.2013	600.000	10	07.10.2013	601.805
4ª emissão 1ª Série	15.10.2014	150.000	10	05.11.2014	151.025
4ª emissão 2ª Série	15.10.2014	225.000	10	05.11.2014	226.615
		975.000			979.445

As debêntures da Sociedade não apresentam garantias.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do grupo.

Em 31 de março de 2017, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	253.995
2019	321.635
	575.630

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros.

Em 31 de março de 2017, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

Notas Explicativas

INTERVIAS

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 31 de março de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (d)	301.685	292.588
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	5	5
 <u>Coligadas</u>		
Contas a receber:		
Centrovias S.A. (a)	32	38
Total	<u>301.722</u>	<u>292.631</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Debêntures - Arteris S.A. (d)	275.168	267.626
Total	<u>275.168</u>	<u>267.626</u>

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	1.308	1.401
<u>Coligadas</u>		
Contas a pagar:		
Autovias S.A. (b)	100	210
Vianorte S.A. (b)	271	263
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	2.140	1.788
	<u>3.819</u>	<u>3.662</u>
<u>Controladora</u>		
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	2.348	1.026
<u>Coligadas</u>		
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris Participações S.A.	2.255	986
Total	<u>4.603</u>	<u>2.012</u>
	<u>8.422</u>	<u>5.674</u>

Contas de Resultado:	31.03.2017			31.03.2016		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	19.576	(3.337)	-	25.662	(2.501)
<u>Coligadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(3.036)	-	-	(3.733)	-	-
Total	<u>(3.036)</u>	<u>19.576</u>	<u>(3.337)</u>	<u>(3.733)</u>	<u>25.662</u>	<u>(2.501)</u>

- (a) Refere-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do grupo, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (d) Refere-se a 4ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da controladora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do *spread* de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros da 4ª emissão em 25 de junho de 2017.

Notas Explicativas**INTERVIAS**

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
25.06.2015	25.06.2017	CDI + 2,0% a.a.	240.000	61.686	240.000	52.588
			<u>240.000</u>	<u>61.686</u>	<u>240.000</u>	<u>52.588</u>

- (e) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,40% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.08.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	33.517	969	33.517	31
18.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	28.518	1.744	28.518	921
04.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.791	8.000	9.308
17.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	52.000	63.165	52.000	60.032
19.02.2015	01.12.2019	CDI + 1,4% a.a.	60.000	17.464	60.000	15.299
			<u>182.035</u>	<u>93.133</u>	<u>182.035</u>	<u>85.591</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$170 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$441 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$611(R\$526 em 31 de março de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 17 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.177 e R\$1.062.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Imposto de renda	7.936	7.709
Contribuição social	3.622	3.920
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	498	389
Programa de integração social - PIS	292	291
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.426	1.430
Tributos federais retidos	320	369
Impostos sobre serviços - ISS	2.210	2.142
Total	<u>16.304</u>	<u>16.250</u>

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Circulante				
Direito de outorga	8.426	8.319	8.652	8.543
Parcela variável (a)/(b)	697	671	697	671
Total	<u>9.123</u>	<u>8.990</u>	<u>9.349</u>	<u>9.214</u>
Não circulante				
Direito de outorga	14.550	16.314	16.003	18.052
Total	<u>14.550</u>	<u>16.314</u>	<u>16.003</u>	<u>18.052</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

Notas Explicativas

INTERVIAS

- (a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).
- (b) Valor variável correspondente a 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2017 está assim representada:

	Parcelas		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Quantidade de parcelas	12	22	34

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2017 ao Poder Concedente foi de R\$4.017 (R\$2.105 de parcela fixa e R\$1912 de parcela variável).

Em 31 de março de 2017, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	6.110
2019	7.806
2020	634
	<u>14.550</u>

15. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.03.2017</u>
Cíveis	1.376	446	(407)	(94)	1.321
Trabalhistas	1.983	180	(27)	(66)	2.070
Total	<u>3.359</u>	<u>626</u>	<u>(434)</u>	<u>(160)</u>	<u>3.391</u>

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

	31.12.2015	Adições	Reversões	31.03.2016
Cíveis	1.129	155	(225)	1.059
Trabalhistas	1.283	-	(555)	728
Total	<u>2.412</u>	<u>155</u>	<u>(780)</u>	<u>1.787</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.194 em 31 de março de 2017 (R\$3.122 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$662 (R\$546 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	53.924	32.472
Adições/Reversões	-	6.281
Utilizações	(15.447)	-
Ajuste a valor presente	-	1.254
Transferências	11.570	(11.570)
Saldos em 31.03.2017	<u>50.047</u>	<u>28.437</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2015	41.787	56.640	1.081
Adições	-	11.750	-
Utilizações	(6.998)	-	-
Ajuste a valor presente	-	1.573	17
Transferências	8.111	(8.111)	-
Saldo em 31.03.2016	<u>42.900</u>	<u>61.852</u>	<u>1.098</u>

Notas Explicativas

INTERVIAS

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2017, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$16.661 (R\$8.006 em 31 de março de 2016).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$108.710, compostos por 4.352.285 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$108.152, que representam 4.321.025 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No período findo em 31 de março de 2017 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$3.048, o qual incide a quantia de R\$457, referente ao imposto de renda retido na fonte, sendo o saldo líquido em R\$2.591.

17. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receita de serviços prestados	98.458	91.704
Receita de serviços de construção	11.772	13.428
Outras receitas	1.913	1.489
	<u>112.143</u>	<u>106.621</u>

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receita bruta	112.143	106.621
ISSQN	(5.008)	(4.650)
PIS	(669)	(621)
COFINS	(3.089)	(2.865)
Receita líquida	<u>103.377</u>	<u>98.485</u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.938)	(2.160)
Serviços de terceiros	(619)	(524)
Manutenção de bens e conservação	(453)	(341)
Depreciação / Amortização	(94)	(71)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(192)	625
Comunicação e marketing	(210)	195
Seguros/Garantias	4	(4)
Consumo	(364)	(420)
Transportes	(123)	(164)
Indenizações a Terceiros	(148)	(577)
Outros	(620)	(716)
Total	<u>(5.757)</u>	<u>(4.157)</u>
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(11.772)	(13.428)
Com pessoal	(4.114)	(3.974)
Serviços de terceiros	(1.903)	(1.894)
Conservação	(3.881)	(3.928)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(209)	(271)
Consumo	(447)	(495)
Transportes	(894)	(829)
Custos com o poder concedente	(1.939)	(1.731)
Seguros / Garantias	(436)	(490)
Provisão de manutenção em rodovias	(6.281)	(11.750)
Depreciação / Amortização	(8.855)	(7.238)
Amortização Outorga	(206)	(55)
Outros	(87)	(23)
Total	<u>(41.024)</u>	<u>(46.106)</u>

Notas Explicativas

INTERVIAS

19. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.544	6.191
Juros ativos	19.576	25.662
Outras receitas	-	189
Total	<u>22.120</u>	<u>32.042</u>
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(25.609)	(39.079)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.254)	(1.590)
Atualização monetária do ônus da concessão	(447)	(1.133)
Outras despesas	(1.636)	(1.776)
Total	<u>(28.946)</u>	<u>(43.578)</u>

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	8.139	5.615
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	4.603	1.976
Juros capitalizados	56	219
	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(19.571)	(13.498)

21. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

	31.03.2017	31.03.2016
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do período	33.325	24.500
Número de ações durante período	4.352	4.352
Lucro por ação	<u>7,6574</u>	<u>5,6296</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	-	82.142	-	-	76.312	-
Partes relacionadas	Nível2	576.890	-	-	560.257	-	-
Contas a receber clientes	Nível2	20.665	-	-	20.783	-	-
Outras contas a receber	Nível2	1.728	-	-	1.620	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível2	-	-	23.014	-	-	20.739
Debêntures	Nível2	-	-	839.200	-	-	841.294
Partes relacionadas	Nível2	-	-	8.422	-	-	5.674
Credores pela concessão	Nível2	-	-	23.673	-	-	25.304
Outras contas a pagar	Nível2	-	-	2.080	-	-	1.629
		<u>599.283</u>	<u>82.142</u>	<u>896.389</u>	<u>582.660</u>	<u>76.312</u>	<u>894.640</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Notas Explicativas

INTERVIAS

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

23. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2017 e de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos e debêntures com partes relacionadas.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(40.966)	(49.793)	(58.533)
Receita de aplicações financeiras	6.894	8.617	10.341
Receita financeira de mútuo (*)	57.726	69.983	82.208
Juros a incorrer líquido(*)	23.654	28.807	34.016
IPCA	4,30%	5,38%	6,45%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(27.504)	(30.481)	(33.459)
Juros a incorrer líquido(*)	(27.504)	(30.481)	(33.459)
Juros a incorrer (*)	(3.850)	(1.674)	558

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$19.931 (R\$19.113 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui

Notas Explicativas**INTERVIAS**

os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	2019	2020	Total
Debêntures - CDI	15,00%	285.704	282.761	55.971	-	624.436
Debêntures - IPCA	9,20%	-	19.845	338.826	-	358.671
Credores pela concessão	4,90%	6.471	8.739	8.755	730	24.695
		<u>292.175</u>	<u>311.345</u>	<u>403.552</u>	<u>730</u>	<u>1.007.802</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	Total
Debêntures - CDI	15,00%	10.757	217.851	57.097	9.648	295.353
Debêntures - IPCA	9,20%	-	-	-	19.845	19.845
Credores pela concessão	4,90%	2.105	2.183	2.183	2.183	8.654
		<u>12.862</u>	<u>220.034</u>	<u>59.280</u>	<u>31.676</u>	<u>323.851</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 23.238
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	179.006
(*) Por sinistro		

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A.

Araras - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro

de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de Março de 2017.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica